

Desempenho do TJTO no “Justiça em Números 2015”

Produtividade e Litigiosidade

72% IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça)

> de **10º** para **9º** lugar de 12 TJs de pequeno porte (era 66,80% alta de 5,2 pontos para 2013).

> entre todos os tribunais, independente do porte passou da **22ª** para **20ª** posição.

105,7% IAD (índice de atendimento à demanda) = 5º entre os 12 de pequeno porte

> 1,95 ponto percentual acima do verificado em 2013 (103,7%).

> 106,3% na 1ª instância e 82,6% na 2ª instância

TX Congestionamento

> subiu **duas posições** no ranking (**66,6% contra 67,4%** em 2013) Redução de **0,76**

Processos Julgados

> Foram **122.979**, **23,1% a mais** do que em 2013 (99.923 processos)

Estoque

Com acervo de **286.918** processos **1,7 ponto abaixo** de 2013 (291.909 processos)

Indicadores por Magistrados

Processos julgados: passou de 806 para 1.060 (alta 31,6%; em 2013 alta de 13,8%)

IPM (Índice de Produtividade do Magistrado): subiu 7,7% (de 1.119 para 1.206 baixados)

Indicadores por Servidor

IPS-Jud (Baixados): alta de 11,2% (de 96 para 109 processos baixados)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

PLANO DE EFICIÊNCIA DO JUDICIÁRIO

FINALIDADE

Apresenta o detalhamento de ações projetadas na gestão que concentram o esforço de magistrados e servidores para conferir ao Poder Judiciário do Tocantins o reconhecimento pela sociedade e pelo controle externo como um dos mais produtivos e eficazes Tribunais de Justiça.

O Plano busca aumentar a produtividade do Judiciário por meio da equalização virtual da força de trabalho que passa a ser distribuída entre as diversas comarcas, em função das tarefas e atos definidos pela Gestão do Poder Judiciário, que são baseados em sua maioria no projeto de trabalho remoto, hoje possível por conta da priorização da ação: Poder Judiciário 100% digital.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

AÇÕES

ESCRIVANIAS EM REDE

(PORTARIA Nº 3575/2015)

Servidores de diferentes comarcas/varas, com competências territoriais e materiais diferentes, passam a atuar em processos distribuídos de forma igualitária combatendo a disparidade do quantitativo de processos em tramitação. A iniciativa vai aumentar a produtividade e otimizar a mão de obra sem aumentar despesas.

Com início em setembro, a Comarca de Augustinópolis (denominada Comarca Auxiliada) passa a contar com a cooperação de servidores das Comarcas de Figueirópolis, Paranã e Xambioá (Colaboradoras).

SECRETARIAS UNIFICADAS (SECRIM)

(PORTARIA Nº 1616/2015)

A experiência piloto já ocorre por meio da SECRIM (Secretaria das Varas Criminais), instituída pela PORTARIA Nº 1616/2015. Equaliza a força de trabalho permanecendo individualizados os respectivos gabinetes de juízes com os servidores dando cumprimento das determinações judiciais proferidas em processo eletrônicos em trâmite (do recebimento até a baixa definitiva).

TELETRABALHO (HOMEWORK)

Ação a ser implantada em 2016 que busca propiciar mais qualidade de vida aos servidores, otimizar os trabalhos e aumentar a produtividade.

CONTADORIAS JUDICIAIS UNIFICADAS (COJUN).

Ação a ser implantada neste semestre com a criação de uma Central Unificada na Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça para enfrentar o acervo de processos pendentes de cálculos judiciais em todas as comarcas/varas do Judiciário tocantinense. O trabalho será remoto com a mão-de-obra dos contadores de cada serventia.

JUIZ COLABORADOR

(PORTARIA Nº 3720/2015)

Ação que estimula a solidariedade entre magistrados no combate ao número de processos em tramitação e estoque. Um juiz auxiliará outro, de forma voluntária e remota, preferencialmente, nas tarefas de prolatar sentenças, decisões, realizar audiências e praticar outros atos judiciais.

RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE LITÍGIOS E CONFLITOS

Implantação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUCOM) e dos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (SEJUSC) nas Comarcas de Palmas, Araguaína, Gurupi, Colinas e Porto Nacional para agilizar a conciliação pré-processual e a mediação.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

CENTRAIS DE EXECUÇÃO

Execução Penal

Aprimorar as Centrais de Acompanhamento das Execuções das Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA) ampliando os efeitos das Audiências de Custódia, já implantada em Palmas. Vai acompanhar e fiscalizar as execuções das alternativas penais por meio da 1ª Central Integrada de Alternativas Penais no Município de Palmas e Região Metropolitana.

Execução e Fiscal

Com o objetivo de dar impulso às execuções, o Poder Judiciário vai implantar até o início do próximo ano, o projeto de eficiência da execução fiscal que vai conferir andamento mais célere aos processos de execução da dívida ativa que não forem extintos. A iniciativa busca garantir a agilidade, a qualidade e a eficiência no trâmite dos processos judiciais e administrativos referentes a créditos de natureza fiscal ou administrativa que impactam na taxa de congestionamento.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

(PORTARIAS Nº 2.600 e 3690/2015)

Implanta a redução de custos para as despesas com telefonia, energia elétrica e água em todas as comarcas e na sede e anexos do Tribunal de Justiça.

CONSOLIDAÇÃO DA TPU (TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS)

Finalização da implantação das tabelas impostas pelo CNJ, que classificam os processos judiciais quanto a classe, assunto e movimentação processual, a fim de que as movimentações processuais sejam uniformizadas, especialmente o conceito de processos baixados, que impacta diretamente na taxa de congestionamento.

REDISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Ação que vai resultar na melhor distribuição de processos entre os magistrados de cada comarca em todo o Estado, tendo como base a entrada de processos em cada juízo, ampliando a competência do magistrado que recebe menos processos para atuar nas varas que recebem volume maior. Inicialmente será implantada nas 15 comarcas de 3ª entrância onde atuam mais de um magistrado.

CAMINHOS DA JUSTIÇA

Iniciativa que visa promover o encontro entre a presidência do TJTO, magistrados e servidores para troca de informações em busca do aperfeiçoamento dos serviços prestados aos jurisdicionados. O projeto percorre as 42 comarcas do Estado. Nos encontros os números do Judiciário tocantinense são repassados com transparência, promovendo uma maior unidade da Justiça. Os reflexos dos projetos já podem ser comprovados na melhoria de índices como a taxa de congestionamento e a baixa de processos em muitas comarcas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

Resultado das Ações do Plano de Eficiência

(Processos Baixados em Agosto de 2014 e 2015)

Em 2014 **8.968** baixados

Em 2015 **13.280** baixados

Foram **4.312** a mais Alta de **48%**

Em 30 das 42 comarcas *houve aumento* no número dos processos baixados

Das 30 comarcas, **27 receberam** ações do Plano de Eficiência

As **10 primeiras** mais que *dobraram* o número de casos baixados (*acima de 100%*)

Relatório de processos baixados 2014 e 2015 (Por comarca - Agosto)

	Comarca	Ano		Diferença		Plano de Eficiência
		2014	2015	Quant	%	
1	Pium	15	79	64	426,7%	Sim
2	Augustinópolis	51	248	197	386,3%	Sim
3	Dianópolis	88	299	211	239,8%	Sim
4	Filadélfia	48	148	100	208,3%	Sim
5	Porto Nacional	316	879	563	178,2%	Sim
6	Axixá do Tocantins	39	104	65	166,7%	Sim
7	Colinas do Tocantins	232	508	276	119,0%	Sim
8	Almas	67	143	76	113,4%	Sim
9	Formoso do Araguaia	85	181	96	112,9%	Sim
10	Colméia	107	225	118	110,3%	Sim
11	Tocantinópolis	128	254	126	98,4%	Sim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS